



## **O Ensino De História nas Escolas Indígenas Amazônicas: a Perspectiva de Uma Intelectual Mulher**

*The teaching of History in Amazonian indigenous schools: a  
female intellectual's perspective*

---

**Marcella Albaine Farias da Costa**

<https://orcid.org/0000-0002-6348-1839>; Professora da área de Ensino de História da Universidade Federal de Roraima; <http://lattes.cnpq.br/6721324249058751>; [marcellaalbaine@gmail.com](mailto:marcellaalbaine@gmail.com)

**Naiara Moreira da Silva**

<https://orcid.org/0009-0004-4458-0884>; Professora da Educação Básica e Mestranda do ProfHistória da Universidade Federal de Roraima; <https://lattes.cnpq.br/5349775236835870>; [naiara0722@gmail.com](mailto:naiara0722@gmail.com)

**Sérgio Barbosa dos Santos**

<https://orcid.org/0009-0001-6715-451X>; Professor da Educação Básica e Mestrando do ProfHistória da Universidade Federal de Roraima; <http://lattes.cnpq.br/0537713245267365>; [sergio.bs.santos@gmail.com](mailto:sergio.bs.santos@gmail.com)

## Resumo

A entrevista que se segue é fruto de um Projeto coletivo nascido no âmbito da disciplina “História do Ensino de História” do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e ligado ao Laboratório de Ensino de História e Humanidades Digitais (LABEHD/UFRR). Intitulado “A escuta de intelectuais mulheres e suas contribuições para o campo do Ensino de História”, o mesmo teve por objetivo valorizar a atuação feminina dentro e fora do Estado de Roraima na perspectiva da rede de afetos que vem sendo construída e fortalecida, conectando o extremo norte com todo o território brasileiro na sua amplitude e diversidade. Na entrevista concedida por Circe Bittencourt, referência a todos que se debruçam a pensar o campo do Ensino de História, a pauta principal gira em torno do ensino nas escolas indígenas no contexto amazônico.

## Palavras-chave

Ensino de História. Escolas Indígenas. Amazônia. Intelectual mulher.

### **The teaching of History in Amazonian indigenous schools: a female intellectual's perspective**

## Abstract

The following interview is the result of a collective project born within the scope of the course "History of History Teaching" of the Professional Master's Program in History Teaching (ProfHistória) at the Federal University of Roraima and linked to the History and Digital Humanities Teaching Laboratory (Labehd). Entitled "Listening to female intellectuals and their contributions to the field of History teaching," it aimed to valorize female action within and beyond the state of Roraima from the perspective of the network of affections being built and strengthened, connecting the far north with the entire Brazilian territory in its breadth and diversity. In the interview with Circe Bittencourt, a reference for all who delve into thinking about the field of History Teaching, the main topic revolves around teaching in indigenous schools in the Amazon context.

## Keywords

History Teaching. Indigenous Schools. Amazon. Intellectual Women.

---

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.30, n.01, e8241, Jan./Jun. 2024.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v30i01.8241>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## 1. Apresentação

A entrevista que se segue é fruto de um Projeto coletivo nascido no âmbito da disciplina “História do Ensino de História” do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e ligado ao Laboratório de Ensino de História e Humanidades Digitais (LBEHD/UFRR). Intitulado “A escuta de intelectuais mulheres e suas contribuições para o campo do Ensino de História”, o mesmo teve por objetivo valorizar a atuação feminina dentro e fora do Estado de Roraima na perspectiva da rede de afetos que vem sendo construída e fortalecida, conectando o extremo norte com todo o território brasileiro na sua amplitude e diversidade.

O Projeto, desenvolvido durante os meses de maio e junho de 2023 (primeira temporada), contou com a fala de seis intelectuais, três atuantes em Roraima e três fora. Foram elas: Maria José dos Santos (UERR), Ana Maria Monteiro (UFRJ), Carla Monteiro de Souza (UFRR), Maria Luiza Fernandes (UFRR), Angela de Castro Gomes (UNIRIO) e Circe Bittencourt (USP). Já na edição de 2024 (segunda temporada), realizada entre abril e junho, foram mais seis mulheres, seguindo a mesma lógica de metade atuante no estado de Roraima e outra metade externa, quais sejam: Mariana Cunha Pereira (UFRR), Raimunda Gomes da Silva (UERR), Sandra Regina de Oliveira (UEL), Mônica Lima e Souza (UFRJ), Helenice Aparecida Bastos Rocha (UERJ) e Ananda Machado (UFRR), indicadas, em alguns casos, pela professora da disciplina, em outros, votados pelos alunos da turma. Os formatos variaram entre lives, encontros presenciais e texto escrito, sendo que, em todos os casos, os estudantes, alunos da disciplina e professores da Educação Básica, foram os responsáveis pelo encaminhamento dos trabalhos, sempre com orientação da professora da disciplina<sup>1</sup>.

Na entrevista concedida por Circe Bittencourt, referência a todos que se debruçam a pensar o campo do Ensino de História, a pauta principal gira em torno do ensino nas escolas indígenas no contexto amazônico.

Que a ancestralidade dos povos indígenas de Roraima chegue ao conhecimento de todos: boa leitura!

---

<sup>1</sup> O acervo das entrevistas encontra-se no canal do Youtube do LBEHD/UFRR. Disponível em: [https://www.youtube.com/playlist?list=PLreg6XqLgowQCsV5ofod\\_LWs4IJNoDIvE](https://www.youtube.com/playlist?list=PLreg6XqLgowQCsV5ofod_LWs4IJNoDIvE) Acesso em: 13 de jun. 2024.



## 2. Entrevista

Inicialmente agradeço e me sinto honrada pelo convite para dialogar com os professores mestrandos indígenas e demais professores da rede de ensino e da Universidade Federal de Roraima por intermédio da professora Marcella Albaine. Este convite representa um verdadeiro presente que recebo de professores indígenas com os quais tenho trabalhado ao longo da minha carreira. Sei que percorreram e percorrem lutas e existem ainda muitos entraves para chegar neste lugar junto ao “poder intelectual” da escolarização em todos os níveis, assim como sei dos embates de colegas na universidade “branca” para que continuem sua trajetória de trabalho junto à educação não apenas de seu povo, mas de toda a nova geração da nossa sociedade.

Gostaria, evidentemente, de estar com vocês, falando pessoalmente, mais do que dando respostas escritas. Mas, considerando nossa história atual, vamos às questões propostas:

### 2.1. Como trabalhar o ensino de História nas escolas indígenas no contexto amazônico?

O ensino de História nas escolas indígenas tem sido uma tarefa complexa e sempre desafiante para todas as comunidades indígenas brasileiras, incluindo as escolas urbanas de vários grupos. Mas, a questão é bastante significativa considerando a importância estratégica atual, em escala nacional e internacional, da Amazônia nestes últimos anos. Mais do que nunca se entrelaçam problemas de sobrevivência física e cultural dos povos indígenas da região com os problemas políticos, econômicos e ambientais que se relacionam à própria *sobrevivência de vida* no planeta Terra. Assim, um primeiro aspecto a considerar sobre o ensino de História nas escolas indígenas é o de situar-se, cada comunidade, neste momento presente em uma teia de relações entre presente-passado-futuro.

Sempre tenho considerado fundamental a reflexão inicial sobre as relações de **tempo** e **espaço** de cada comunidade para o ensino escolar (construído sobre outra lógica temporal e espacial nos currículos nacionais). Temos, neste aspecto, de considerar a importância do estudo escolar envolver a história da comunidade pelas suas próprias origens – as da ancestralidade do povo, pelas narrativas dos mais velhos, dos xamãs... A história antiga, de cada povo, é conteúdo histórico fundamental, mesmo que haja alunos “convertidos” à história das Bíblias que se espalham pelas comunidades e cidades brasileiras. Assim, quero dizer, que esta história antiga de cada povo



amazônico tem que estar presente sempre nos currículos e apresentada sob diferentes aspectos e temáticas.

Um aspecto fundamental é o de considerar o lugar de cada comunidade de homens e mulheres junto às demais espécies e seres da natureza. Assim, as relações homem-natureza vivenciadas nos rituais e na vida cotidiana devem ser preservadas como fonte de sabedoria do próprio povo. Aprendi muito sobre esta concepção de História Antiga com minhas experiências junto ao povo Terena de Mato Grosso do Sul com os cursos com os professores das comunidades de Cachoeirinha, Limão Verde e outras. No decorrer do curso os professores solicitaram que escrevesse um livro de História dos Terena em português para que servisse para as escolas das próprias comunidades e para as escolas dos “Purutuyé”- brancos. Também com minhas experiências nos cursos de organização de currículo de História com os Timbira da região junto ao Tocantins (Maranhão e Tocantins atual) a história Antiga estava presente sempre e relacionava-se às questões básicas do presente por eles vividos. Primeiro desejavam saber as razões da chegada (as viagens pelos mares e regiões tão distantes) dos “brancos” no território dos Timbira. Por que realizavam trocas e comércio tão diferenciados (por exemplo, o dinheiro e não trocas por produtos..., etc.)? Neste sentido, a própria concepção de tempo Antigo para cada sociedade indígena é diferente e é demarcada por tempos diferentes, embora em comum tenham a relação com a invasão dos “cristãos brancos”. Existem os momentos históricos das migrações, dos confrontos com outros grupos indígenas, de períodos de mais abundância ou doenças... Do ponto de vista político, para além do cultural e religioso, a História Antiga e suas fontes diversas que as narrativas mantêm vivas servem para o entendimento da delimitação atual dos territórios de cada povo antes do contato com os brancos, assim como as diferenças com os atuais confrontos.

Conheço pouco da História Antiga dos Macuxi e dos Wapichana, mas sei de suas lutas todas neste complicado estado de Roraima e os invasores e conflitos, sendo um momento fundamental o das lutas relacionadas a TI Raposa Serra do Sol, sejam pelas ações de grileiros ou para a exploração de minérios, madeiras etc. Assim, é fundamental estabelecer sempre as relações de uma História pós-contato com a História Antiga. A História do Contato (ou do Território) corresponde, assim, ao novo período, sendo importante situar sempre cada aldeia/comunidade articulada à história mais geral do povo por intermédio da elaboração de “linhas de tempo”. Lembro-me que esta “linha do tempo” deve estar sempre presente nos currículos e ser sempre atualizada no curso, em todos os anos e, a partir da



*história do contato*, fazer uma linha paralela da história dos brancos no território. Destaco que esta atividade pedagógica, que por sinal é fundamental para qualquer escola, serve para situar cada grupo no tempo histórico espacial. Na minha prática como professora do ensino fundamental e médio, sempre foi construída e renovada com eles nas salas de aula. Na linha do tempo marcamos os acontecimentos da comunidade, do território, das relações com outras comunidades indígenas e, paralelamente, pode-se visualizar as relações com a história dos brancos, dos ribeirinhos, com o poder local, dos povos fronteiriços e do país (no livro História do Povo Terena tem uma Linha do Tempo e seria interessante consultar). Reforço esta questão porque considero fundamental situar os alunos no tempo *anterior e posterior* aos “brancos”, destacando as mudanças, mas também as permanências. E, efetivamente, nas relações com a história dos “brancos”, temos que ensinar a todos os nossos alunos, ao longo das séries escolares, o que é o **capitalismo**, desde a sua origem comercial aos tempos atuais da fase industrial/tecnológica. Explica-se assim uma história social do trabalho com os escravos/senhores, assalariados/patrões e o nascimento da propriedade particular da terra.

Destaco ainda que, para além de estabelecermos os conteúdos históricos, temos sempre que estar atentos aos métodos de ensino. Neste aspecto é importante vocês, professores, debaterem a importância das aprendizagens tradicionais pela oralidade, pela capacidade da observação do entorno das matas, dos rios e riachos, do céu, das estrelas, dos caminhos além do sentido da audição. A aprendizagem pelos sons e imagens deve se associar à aprendizagem pela escrita e leitura. Mas, neste aspecto, acho que vocês têm mais que me ensinar. Apenas ressalto que precisam estar atentos ao uso dos modernos audiovisuais e ensinar aos alunos a ter um método de recepção das informações para entender, mas também saber criticar as mensagens e informações recebidas.

Concluo esta questão destacando que esta proposta de conteúdos e métodos apresentada para a organização de currículos de História para as escolas indígenas amazônicas responde também à 5ª pergunta: *Como quebrar esse modelo de ensino etnocêntrico nas escolas indígenas*. Para quebrar o modelo de ensino etnocêntrico que coloca o homem branco como o criador da história é necessário romper com a idéia de que a História do Brasil começa com a chegada dos europeus – portugueses, espanhóis, ingleses, etc... mas nossa história começa com o povoamento do continente americano (sem países delimitados), com o desenvolvimento da agricultura que realizaram por milênios, das formas de organização social, política e religiosa estabelecidas e, considerando a região Amazônica, sem estabelecimento de formas de poder sob o domínio de Estado centralizado e sob o poder de uma



religião única. O estudo das sociedades americanas a partir de sua Antiguidade aos dias atuais tem possibilidades de explicitar o significado e o sentido da origem da propriedade privada, da sociedade dividida em classes sociais que explicam as enormes distribuições de riqueza entre as próprias sociedades nacionais - por que o Brasil tem tanta gente que passa fome? Por que a natureza sofre tantas agressões de homens que se tornaram predadores? Ou por que os homens/mulheres urbanos têm tanta dificuldade de se sentirem parte da natureza como fazem e vivem os povos indígenas? Por que os homens brancos necessitam transformar florestas e matas em pastos e desertos?

Neste sentido a escola e seu currículo têm um significado importante na formação de crianças e jovens, e a permanência do ensino etnocêntrico mantém mentes formadas para a exaltação do homem branco, da manutenção de uma formação política baseada no direito da propriedade particular como base da riqueza social e justifica seu poder sobre a extinção de outros seres vivos. A História, como disciplina que estuda a vida de homens e mulheres em todos os tempos, tem que cumprir este seu sentido, e na escola não se pode apenas estudar a história de alguns povos considerados como privilegiados ou designados por Deus para cumprir desígnios predestinados. Temos que ensinar a história da humanidade em seu percurso diversificado, conflituoso, mas que também criou as artes, as festas, a solidariedade, as formas de curar doenças. Lembro-me do escritor Mikhail Bakhtin que sempre enfatizou serem os homens os únicos seres que sabem se comunicar pelo riso - dançam, cantam e sorriem... Na história da origem do povo Terena, os homens surgiram de um buraco escuro quando viram um sapo pulando e começaram todos a rir - o riso transformou-os em homens e mulheres.

## 2.2. De acordo com sua visão, como a Lei Federal 11.645/08 pode contribuir no ensino de História nas escolas indígenas?

Primeiramente é importante esclarecer que a Lei 11.645/08 foi decorrente das demandas de povos indígenas, conforme nos mostra Giovana Fanelli em sua pesquisa publicada *A Lei 11.645/2008: A história de como a temática indígena passou a ser obrigatória nas escolas brasileiras*<sup>2</sup>. A história dos povos indígenas como conteúdo integrante dos currículos de todas as escolas brasileiras foi

---

<sup>2</sup> FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. **A Lei 11.645/2008: A história de como a temática indígena passou a ser obrigatória nas escolas brasileiras**. Curitiba: Appris, 2021.



sempre solicitada pelos professores indígenas quando de cursos de formação e em encontros das organizações dos próprios indígenas, assim como os eventos do CIMI, CTI. As reivindicações de professores indígenas nos cursos de formação, que eram realizados desde o início de 1990, incluíam a necessidade política do estudo dos povos nativos, sua cultura e sua história particularmente, nas escolas dos brancos... Desta forma, a Lei 11.645 tem que estar sendo apresentada nas escolas indígenas, em suas aldeias, como uma das conquistas importantes das lutas do movimento indígena. Por outro lado, reforça a importância dos estudos sobre a história dos povos indígenas serem mais abrangentes nas escolas de cada aldeia, incluindo histórias de povos da própria etnia, assim como os demais da região, mas também do país e das Américas, particularmente da América Latina. Assim, as origens de cada povo indígena, de cada aldeia, tem que ser entendido em suas relações culturais e humanísticas mais amplas para a percepção do legado dos indígenas americanos para a história da humanidade. Ao mesmo tempo, o estudo da história de cada povo indígena tem que ser compreendido nos seus diferentes ritmos e processos de alianças e conflitos ao longo da história da humanidade, da história do Brasil e da América e da própria história regional. Nesta perspectiva é possível compreender a força política da Lei 11.645/08 e o alcance de seu lugar no currículo brasileiro, assim como as resistências a ela pelos grupos conservadores da sociedade brasileira.

### *2.3. Qual sua concepção sobre a resistência às mudanças da História dos povos indígenas nos livros didáticos, mesmo com a Lei 11.645/08?*

Os livros didáticos, como sempre tenho apresentado, são um importante instrumento para que o conhecimento sobre História, ou qualquer outra disciplina, seja apresentado e, em princípio, assimilado pelos alunos nas salas de aula. Tem sido, ao longo da nossa história educacional, o material didático mais utilizado nas salas de aula e os professores são bastante dependentes deles para as suas práticas educativas. Pelos livros didáticos, várias gerações de crianças e jovens aprenderam que os indígenas eram povos sem história e que estavam destinados à extinção. Esta “tradição escolar” estava muito lentamente sendo eliminada, conforme algumas pesquisas têm demonstrado, nas décadas de 1980/90, com a introdução de uma história sócio/cultural, embora se mesclasse com uma “história dos vencidos” pela qual os indígenas resistiram, mas não tiveram muito êxito. A percepção de que diversos povos indígenas resistiam e lutavam por seus direitos passou a se tornar visível a partir dos



anos de 1970/80, conforme se percebe pela presença dos indígenas na Constituição de 1988. O movimento político dos povos indígenas em escala continental se estendeu, assim como os conflitos agrários no caso brasileiro se ampliaram, situação que, entendo, possibilitou a Lei 11.645 de 2008, e esta, por outro lado, fez com que se introduzisse no PNL D a obrigatoriedade de se introduzir nos livros didáticos a história e a cultura dos povos indígenas. A questão, no entanto, era de que autores de livros didáticos - em geral professores de universidades e/ou professores de História das redes públicas e particulares - desconheciam história indígena em sua formação inicial ou contínua. O livro didático é uma obra que, de alguma forma, sintetiza e reelabora conteúdos e métodos provenientes do conhecimento acadêmico. Podemos, assim, entender que houve uma dificuldade, por parte dos autores, em incorporar uma história dos povos indígenas. Os livros didáticos de História local poderiam ser significativos nesta introdução, uma vez que os povos indígenas são muitos e com histórias antigas e de contato muito variadas por todas as regiões brasileiras, mas estes livros não foram e nem têm sido muito produzidos e consumidos por uma série de razões – dentre elas as de interesse econômico. Este aspecto não elimina, evidentemente, a concepção de muitos autores adeptos da visão eurocêntrica da nossa história e mantém-se assim fiéis seguidores da crença de que existem povos escolhidos ou que muitos são os chamados por Deus (branco, evidentemente), mas poucos os escolhidos! Tem sido importante acompanhar, nesta perspectiva, o crescimento, mesmo que lento, dos cursos acadêmicos, assim como pesquisas de história indígena. Escritores e autores indígenas são fundamentais para esta atividade, embora nos últimos anos o “desgoverno” a que estivemos submetidos, incluindo a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um currículo declaradamente submetido aos pressupostos do neoliberalismo e dos setores conservadores responsáveis pelas invasões das terras indígenas, por assassinatos de inúmeras lideranças indígenas, assim como permanece contrário pressupostos dos agentes defensores dos direitos dos povos originários. Estes últimos anos foram de retrocesso que precisamos enfrentar, como professores das escolas e das universidades que somos, para que seja repensada a produção historiográfica, tanto nos livros didáticos de História, quanto nas atuais mídias educacionais. As pesquisas sobre história dos povos indígenas necessitam se ampliar articulando a produção de obras didáticas às de maior circulação - cinematográficas, artísticas, literárias... As resistências à Lei 11.645/08 existirão sempre porque preconceitos e racismos ainda persistem na nossa sociedade, mas não chegam a impedir o avanço do conhecimento histórico sobre nossa diversidade étnica e cultural. A nossa luta é a de que

---

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.30, n.01, e8241, Jan./Jun. 2024.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v30i01.8241>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

a história da nossa sociedade permaneça nos currículos escolares em todos os seus níveis e, por esta razão, devemos lutar para que a BNCC seja anulada.

#### *2.4. Qual a contribuição das populações indígenas da Amazônia para o Ensino de História?*

As populações indígenas da Amazônia são os primeiros grupos sociais de uma área extensa, cuja ocupação remonta a um longo período no qual as diferentes formas de vida se entrelaçaram ao longo de milhares de anos. Assim, os povos indígenas da Amazônia são os personagens principais da nossa Antiguidade, não apenas no atual espaço chamado Brasil, Bolívia, Peru, Venezuela, mas de um vasto território com espécies de vida as mais diversas que se entrecruzam com uma história geológica ainda em desvendamentos. A história das populações indígenas da região, a partir de suas cosmologias, mitos expressos em suas variadas linguagens e por vestígios arqueológicos diversos, insere-se na formulação de novas perspectivas e fundamentos para a criação e o ensino de uma história Antiga que ultrapassa as divulgadas nas nossas escolas desde o século XIX sob o referencial eurocêntrico/cristão. A História do contato das populações nativas com os grupos de invasores europeus de diversas nacionalidades corresponde a outra contribuição significativa para se romper com os mitos da superioridade racial, mesmo porque, desde os primeiros tempos da chegada de povos europeus - por formas violentas ou mesmo pacíficas de catequeses - a “vitória” das conquistas se deu mais pelas pragas e pestes trazidas pelos europeus do que pelas armas especializadas de guerra. Nesta perspectiva ainda, a história da conquista da Amazônia, assim como a delimitação das fronteiras dos diferentes países, se fez em uma história política expressa em acordos entre lideranças políticas europeias e indígenas. A expulsão dos jesuítas, a política pombalina, as assinaturas de Tratados políticos de delimitação dos territórios desde o século XVIII ao século XX envolvem uma revisão total da história política latino-americana e seus acordos internacionais. Representa, ainda, a necessidade de estudos sobre a nossa mestiçagem (ou hibridismo cultural), não apenas física e cultural, mas também de uma história econômica e o significado das “riquezas naturais” e suas diversas formas de exploração para o capitalismo industrial. Água, árvores, plantas medicinais, as “terras pretas”, as “aves e seu simbolismo lendário”, peixes, assim como seus significados como riqueza para as diferentes culturas precisam ser apresentados identificando as diferentes concepções de riqueza antes e depois do contato. A História dos povos amazônicos revela uma densa história do



trabalho socialmente organizado e também o mundo do trabalho escravo sob seus diversos formatos, assalariado, trabalho das mulheres e dos homens e das crianças, do comércio e das cidades nascidas junto aos rios e igarapés...

### *2.5. Como quebrar esse modelo do ensino etnocêntrico nas escolas indígenas?*

Esta questão foi sendo apresentada ao longo das respostas às demais perguntas mas quero reforçar que as escolas indígenas desempenham um papel fundamental para explicitar a importância da organização dos currículos a partir das histórias locais e regionais relacionadas às histórias do países latino-americanos e também dos povos indígenas dos Estados Unidos e do Canadá e, estas histórias nacionais também em relação a uma história mundial, destacando a história das migrações dos povos e do hibridismo cultural (incluindo o religioso). Por intermédio de seus currículos podemos ampliar o debate para a importância da história nos currículos nacionais e ampliar a luta para que a BNCC seja extinta e substituída por um currículo humanístico no qual as sociedades humanas sejam estudadas em toda sua extensão e assim nos situarmos na história de um planeta chamado Terra.

Abraços a todos!

Circe Bittencourt

São Paulo, 22 de junho de 2023.

**Entrevista submetida em 05/07/2023, aceito em 15/09/2023 e publicado em 17/07/2024.**

